

A colonialidade do poder e a integração de infraestrutura na América do Sul¹

Ricardo Bruno Boff

Universidade Federal de Santa Catarina

ricardobrunoboff@gmail.com

RESUMO

A IIRSA consiste em um megaprojeto nascido no ano 2000, quando o Brasil, visando aumentar seu poder como potência emergente global, consolidou a América do Sul como o espaço geopolítico onde pretendia exercer sua liderança. Naquele ano, prenomiavam os governos da geração dos anos 1990, bastante inclinados à adoção de políticas neoliberais. Com a virada à esquerda ocorrida nos anos seguintes, a IIRSA não apenas foi mantida, mas também ampliada e sua institucionalidade reforçada, ao ser inserida na UNASUL. Observando essas mudanças conjunturais, nos perguntamos se a IIRSA, ao promover a infraestrutura na América do Sul, continuava pautando-se por matrizes de pensamento inseridas na colonialidade do poder, no qual segue um paradigma de desenvolvimento derivados da modernidade europeia. Em outras palavras, verificaremos, motivados principalmente pela ascensão das ditas forças “progressistas”, como a IIRSA trata as “histórias locais” em seu projeto de integração da infraestrutura sul-americana.

Palavras-chave: Integração de Infraestrutura Regional, América do Sul, Colonialidade do Poder.

ABSTRACT

IIRSA consists on a megaproject born in the year of 2000, when Brazil, looking for improving its power as a emergent global power, consolidated South America as a geopolitical space where he aimed to exercise its leadership. In that year, there was a predominance of the governments from the 1990's generation, very inclined to adopt neoliberal policies. With the turn to the left wing that happened in the sequence, IIRSA was not just maintained, but was also expanded and its institutionality was reinforced, with its insertion on UNASUR. Observing these structural changes, we asked if IIRSA was still been guided by matrices of thought inserted on the Coloniality of power, in which the paradigm of development derived from European modernity. In other words, we're going to verify, motivated mainly by the arising of the so called “progressive forces”, how IIRSA deals with “local histories” in its project of integration of south-American infrastructure.

Keywords: Regional Infrastructure Integration, South America, Coloniality of Power.

¹ “Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015”.

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar a infraestrutura da América do Sul, especialmente aquela promovida pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-americana – IIRSA, sob a ótica da colonialidade do poder.

Na primeira parte, será tratado do contexto político da criação da IIRSA. Na sequência, serão observadas as suas características institucionais, incluindo a forma através da qual o território é organizado dentro da IIRSA. Na terceira parte, será feita uma análise da lógica que move a iniciativa, que consiste em uma fusão de objetivos ligados ao desenvolvimentismo de base estatal e às demandas do livre-mercado. A seguir, será feita uma análise geral da emergência de movimentos sociais que podem ser considerados “decoloniais” para, finalmente, se observar como as ações de tais movimentos se relacionam com a IIRSA.

Nas considerações finais, serão feitas algumas sugestões sobre elementos decoloniais que devem ser incorporados na integração regional sul-americana, o que resulta, logicamente, em transformações na integração da infraestrutura.

2. IIRSA: contexto da criação

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-americana – IIRSA – foi criada na primeira cúpula de presidentes dessa região, realizada no ano 2000, em Brasília. Seu objetivo principal eram promover uma planificação territorial na América do Sul, a partir da qual se promoveriam as conexões de transportes, energia e telecomunicações. Para isso, dividiu-se o território em diversas regiões dotadas de semelhanças geográficas e produtivas, os chamados “eixos de integração e desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, planejava-se melhorar os fluxos entre as fronteiras, aumentando o número de aduanas e, paralelamente, diminuindo as barreiras burocráticas e normativas existentes entre os países. Para colocar o projeto em marcha, tanto na sua organização institucional quanto na captação de recursos, foram incluídos como parte do projeto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

No ano de criação da IIRSA, prevalecia na América Latina governos de corte neoliberal, ou próximos a isso, típicos das orientações oriundas do Consenso de Washington, as quais marcaram os anos 1990 em toda a região. No entanto, esse modelo já apresentava sinais de esgotamento e algumas crises já estavam acontecendo, principalmente a crise mexicana de 1995 e a brasileira de 1999, sendo que esta ajudaria a desencadear os graves acontecimentos da Argentina de 2001 e 2002. Enquanto isso ocorria, os Estados Unidos, no afã de ampliar a liberalização do mercado pan-americano, negociavam com os países ao sul de suas fronteiras a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA². A IIRSA nasce, portanto, em um contexto de crise econômica e de negociações pela criação de dita ZLC.

² Um dos motivos do abandono da ALCA foram as crises econômicas dos anos 1990, que ocorreram em sequência no mundo inteiro e demonstraram as fraquezas das políticas neoliberais adotadas no período. A decisão de vários países de promover o crescimento com base na poupança externa, gerando déficits em conta corrente, em poucos anos mostrou-se insustentável, começando pelo México em 1995, passando pelo Brasil em 1999 e culminando com a Argentina, em 2002 (BRESSER-PEREIRA, GONZALEZ e LUCINDA, 2008). Essas crises, ao atingirem os dois maiores países do Mercosul um após o outro, não podiam deixar de afetar o bloco econômico, sinalizavam que era preciso avançar para uma integração que fosse além do aspecto meramente comercialista. Para que isso ocorresse, era necessário agregar à agenda liberalizante dos anos 1990 mecanismos mais efetivos para consolidar o desenvolvimento e a interdependência econômica da região.

No mês de setembro do ano 2000, por ocasião da celebração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, este país tomou a iniciativa de organizar a 1ª Cúpula de Presidentes da América do Sul. Na Declaração Final da reunião, os mandatários dos 12 países presentes concordaram em lançar o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), “que contém sugestões e propostas, com um horizonte de dez anos para ampliação e modernização da infraestrutura na América do Sul, em especial, nas áreas de energia, transporte e comunicações”. (QUINTANAR e LOPEZ, 2003, p. 48)

A partir de 2002, ocorre uma importante virada política na América Latina. Governos de esquerda, ou centro-esquerda, emergem ao poder em todas as partes, com destaque (em sequência) para Hugo Chávez, na Venezuela, Lula da Silva, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador. A ascensão desses líderes, com forte apoio de movimentos sociais e trabalhadores, representou a retomada de políticas que haviam sido abandonadas, ou ao menos perdido força, na década anterior, tais como: presença do Estado na economia, incremento das políticas sociais, recuperação da agenda desenvolvimentista, integração regional que não priorizasse aspectos comerciais, integração sul-sul, dentre outras. Também há mais preocupação com políticas voltadas às minorias, fosse por questão social, de gênero ou etnia, neste caso principalmente de negros e índios; também se esperava maior sensibilidade em assuntos ambientais.

A IIRSA, nesse contexto, acaba passando por modificações. Por ter sido criada em 2000, sob a liderança do governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso, com a presença de presidentes como De la Rúa, da Argentina, Alberto Fujimori, do Peru, e Ricardo Lagos, do Chile, todos posicionados mais à direita do grupo que viria depois, a iniciativa era frequentemente acusada de servir aos interesses neoliberais, de fazer parte do plano da ALCA e de servir apenas para promover o saqueio da América do Sul, mantendo suas “veias abertas³”, caracterizadas pela função de fornecedor de produtos agrícolas e minerais ao mercado mundial. A presença do BID encabeçando a organização da IIRSA, e ainda oferecendo suas dependências em Buenos Aires para abrigar a secretaria, reforçava essas acusações.

Entretanto, a esquerda no poder representava uma promessa de que, também em nível de integração regional, suas agendas ganhariam força, resultando em políticas regionais mais inclusivas socialmente e geradoras de um grau maior de autonomia frente aos países ricos. No caso da IIRSA, inicialmente houve uma incerteza se ela continuaria, devido à marca “neoliberal” que ela carregava. Mas ela não somente foi incorporada, passando a fazer parte de um aprofundamento institucional da integração sul-americana, representado pela criação da União das Nações Sul-americanas, em 2008, como foi aumentada: o número de projetos praticamente duplicou entre 2004 e 2015 e o montante de investimentos previstos aumentou mais de quatro vezes.

Apesar da guinada à esquerda e das promessas que ela trouxe em relação à IIRSA, tais como promoção de igualdade, integração produtiva, respeito ao modo de vida das populações originárias e ao meio-ambiente, na prática se observa que as mudanças não foram tão profundas quanto se apregoou. Por um lado, houve o incremento na participação dos Estados nos investimentos de infraestrutura, o que gerou um possível neodesenvolvimentismo regional; por outro, não cessaram as críticas sobre as consequências do plano IIRSA, principalmente: de que ela reforça a histórica posição sul-americana na divisão internacional do trabalho; de que ela não contribui para reduzir as

³ Expressão presente no título do famoso livro do escritor uruguaio Eduardo Galeano, “As veias abertas da América Latina”.

assimetrias regionais; e de que não está ocorrendo o esperado respeito ao modo de vida das comunidades locais afetadas pelos projetos, que sequer são consultadas ou levadas em consideração, e ao meio-ambiente, que segue sendo visto como um obstáculo a ser superado, ou uma fonte de recursos a ser superada, jamais considerando outras visões sobre a relação homem/natureza. Isso tem levado a reações de movimentos sociais, muitas vezes capitaneados por ONGs, contra determinados intervenções da engenharia.

2. Características organizacionais da IIRSA

Na Primeira Reunião Ordinária do COSIPLAN, em 2009, foram aprovados os seus Estatuto e Regulamento. Conforme o Estatuto, o COSIPLAN é integrado pelas Ministras e pelos Ministros das áreas de infraestrutura e/ou de planejamento dos Estados membros⁴. O Regulamento também detalha as funções do Comitê Coordenador, da IIRSA e dos Grupos de Trabalho⁵. No ano de 2011, foi apresentado pelo COSIPLAN o “Plano de Ação Estratégico 2012 – 2022 (PDE)”, que funciona como um guia das ações do COSIPLAN para esse período.

A IIRSA, enfim, tornou-se subordinada ao COSIPLAN, devendo atuar de acordo com suas deliberações e suas normas (Estatuto e Regulamento) e em conformidade com os princípios e normas da UNASUL (Tratado Constitutivo). O Regulamento do COSIPLAN especifica as funções que a IIRSA, na qualidade de foro técnico, deverá exercer. Até o início de 2015, a Carteira de Projetos contava com um total de 579 projetos, que somavam um valor estimado de US\$ 163.324.500.000 (ou seja, pouco mais de 163 bilhões de dólares estadunidenses)⁶. Na divisão por etapa de execução⁷, até o início de 2015 menos de 20% estavam concluídos e cerca de 30% em execução.

Na IIRSA, o protagonismo é totalmente retido pelos Estados membros – ou seja, eminentemente intergovernamental. Isso se solidificou com a criação do COSIPLAN, o qual é composto por Ministros que respondem diretamente aos seus respectivos presidentes, uma vez que todo o trabalho da IIRSA é subordinado às decisões da UNASUL/COSIPLAN. O objetivo dessa manobra foi diminuir o protagonismo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – na promoção da iniciativa.

A IIRSA divide o território sul-americano em Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), definidos como “franjas multinacionais de território onde se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais”. Inicialmente, foram criados doze eixos, mas dois deles foram abolidos e hoje

⁴ O COSIPLAN realiza reuniões ordinárias anualmente, que são preparadas pelo Comitê Coordenador. Este órgão tem poder de deliberar sobre o Estatuto e o Regulamento, além de definir o Plano de Ação Estratégico e o Plano de Trabalho Anual. O Regulamento define que o COSIPLAN apresentará suas decisões aos Chefes de Estado, que os acordos serão adotados somente por consenso e que a presidência pró-tempore será exercida pelo mesmo país que ocupar a presidência pró-tempore da UNASUL (ESTATUTO DO COSIPLAN e REGULAMENTO DO COSIPLAN).

⁵ a) O Comitê Coordenador, integrado pelas delegadas e/ou delegados ministeriais dos Estados membros, presidido por um delegado do país que presida o Conselho. Atua como instância executiva do Conselho; b) A Iniciativa IIRSA como Foro Técnico para temas relacionados com a planificação da integração física regional sul-americana; c) Os Grupos de Trabalho⁵ deverão atuar nas áreas temáticas que o Conselho acordar, levando-se em conta as áreas temáticas de competência do COSIPLAN. (REGULAMENTO DO COSIPLAN)

⁶ O número elevado de projetos é alvo de críticas, pois ele se daria devido à inclusão de obras de alcance predominantemente nacional na Carteira. PADULA (2010, p. 185) entende que há uma falha no planejamento territorial, pois falta critério para classificar os projetos. Segundo ele, deveria haver melhor diferenciação entre aqueles que geram impactos regionais (conectividade entre os países) e os que têm impacto predominante no território nacional, atendendo a necessidades internas. Segundo o relatório de avaliação do BID (2008, p. i), “O resultado tem sido uma alta proporção de projetos de infraestrutura de país individual na carteira da IIRSA, os quais mantêm a Iniciativa fora do seu foco de integração regional delegado originalmente” (BID, 2008, p. i).

⁷ As etapas dos projetos são divididas em: Perfil (estudo de viabilidade); pré-execução (fase de projeto e definição do financiamento); execução e concluídos (IIRSA. CIFRAS DE LA CARTERA).

totalizam dez: Eixo Andino, Eixo Andino Sul, Eixo de Capricórnio, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Amazonas, Eixo do Escudo Guianês, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile e Eixo Peru-Brasil-Bolívia. (IIRSA. EJES DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO).

Complementar à construção de infraestrutura física, estão os Processos Setoriais de Integração (PSIs). Eles têm o objetivo de “identificar os obstáculos de tipo normativo e institucional que impedem o desenvolvimento da infraestrutura básica na região e propor ações que permitam superá-los” (IIRSA. PROCESOS SECTORIALES). Os Processos Setoriais de Integração não se limitam a um ou outro eixo. Eles tratam da superação de barreiras à circulação, de natureza burocrática e institucional, comuns a toda a região. Ou seja, eles completam a infraestrutura no sentido de promover a livre-circulação de mercadorias entre os países da América do Sul⁸.

Ou seja: de um lado, tem-se uma racionalização do território sul-americano, através da divisão do mesmo em eixos de integração de obras de infraestrutura, cada qual possuindo características parecidas em termos de mercado e de características geográficas. De outro, há um esforço para harmonizar a legislação aduaneira e fiscal dos países envolvidos, visando promover a livre-circulação. Percebe-se que as duas iniciativas são complementares e favorecem a promoção do livre-mercado.

No item a seguir, analisaremos com maior proximidade os efeitos da IIRSA no mercado sul-americano.

3. O papel de difusor do capital acumulado

Segundo HARVEY (2006), no modo capitalista de produção o crescimento progressivo da acumulação constitui uma necessidade do capital, sem a qual ele sequer é capaz de manter o seu valor. Para que isso aconteça, é preciso que o processo de acumulação passe por constantes movimentos de ampliação do seu escopo geográfico, pois esta através dessa expansão é possível ampliar a oferta da força de trabalho, dos meios de produção e dos mercados consumidores. Expansão geográfica, por sua vez, exige investimentos em infraestrutura de transportes, energia e comunicação, fazendo com que a distância espacial se contraia em relação ao tempo.

Tendo isso em conta, é imprescindível retomar a geografia como espaço privilegiado da análise da expansão capitalista. É no espaço que se construirão as divisões simbólicas que determinam a divisão de trabalho em diferentes escalas (mundial, regional, nacional ou local). Mas é também no âmbito territorial onde ocorrerá o choque entre diferentes visões sobre a organização da vida social, econômica e do próprio espaço. Nesse sentido, abandonando-se a perspectiva linear da história e vendo-a como um processo fragmentado, no qual várias histórias se encontram, é no território onde irão surgir e atuar os movimentos de contestação à expansão constante do capital, a qual, sob a égide da globalização, é vista como “imparável”.

O que se observa na IIRSA é que ela se subordina e do seu planejamento territorial, é que ela se adequa à demanda já existente no mercado. Isso significa que ela se submete a um duplo padrão, historicamente estabelecido na América Latina: atender a

⁸ Os PSI, entretanto, não tiveram até agora o desenvolvimento que se esperava no início. Segundo PADULA (2010, p. 185), a IIRSA se concentrou principalmente nos projetos de transporte e energia, deixando de lado um dos seus principais desafios, que é a harmonização de políticas e as regulações setoriais. O caráter intergovernamental da UNASUL ajuda a explicar essa lacuna, pois temas de legislação e regulamentação continuam sendo eminentemente nacionais.

demanda do agronegócio, que responde ao mercado mundial de produtos agrícolas e minerais; e a demanda das poucas regiões industrializadas, que requerem expansão de seus mercados consumidores e acesso à mão de obra e à matéria-prima. Ou seja, a IIRSA responde exatamente às necessidades de expansão do capital, conforme descritas por Harvey.

Para Maggi e Bernado (2009, p. 8), a lógica que predomina na IIRSA combina extrativismo com a produção industrial⁹. O extrativismo da IIRSA – baseado no agronegócio, na mineração, na exploração de madeira e celulose e de hidrocarbonetos - complementa-se à expansão das economias escala, visando transformar o continente em um só mercado¹⁰. É dessa maneira que Ceceña, Aguilar e Motto veem a organização territorial da IIRSA:

Destacam duas regiões por sua atividade industrial e concentração populacional, quer dizer, pela força do trabalho real e potencial que oferecem, e o resto pelas dádivas da natureza, posto que se trata de colocar em rota de exportação de recursos hidrocarboníferos, minerais genéticos, aquáticos e também agropecuários. Justamente porque a IIRSA está pensada a partir da demanda tem um desenho centrífugo, extrativo, de expulsão das riquezas para o centro da demanda. (CECEÑA, AGUILAR e MOTTO, p. 17).

Percebe-se, portanto, que a IIRSA, além de responder às demandas do mercado internacional e interno, reforça duas características geográficas que marcaram a ocupação do espaço na América Latina: a existência de grandes latifúndios, o que resulta em uma distribuição fundiária profundamente desigual; e a concentração industrial em poucos conglomerados urbanos, resultando em megacidades dotadas de vastas periferias pobres ou miseráveis¹¹.

A partir dessa característica sócioespacial da IIRSA, cabe perguntar que tipo de tratamento é dado para os ditos “povos originários”, especialmente os indígenas, que em geral habitam áreas bastante afetadas pelas obras. O mesmo vale para regiões periféricas em geral- sejam elas fronteiriças ou de grandes cidades, sendo que nestas últimas, especialmente no Brasil, prevalece a população negra.

4. Os movimentos sociais e a decolonialidade

A colonialidade do poder significa uma “matriz de poder colonial”, que consiste em um conjunto de práticas que, alicerçadas sobre hierarquias baseadas em critérios étnicos e geográficos, serve para definir o lugar de cada povo ou região na divisão internacional

⁹ Chama atenção o fato de que os EIDs com maior montante de investimento são: o Mercosul-Chile, que abrange a zona mais industrializada da região, com mais de US\$ 54 bilhões; seguido por dois Eixos predominantemente amazônicos, do Amazonas e Peru-Brasil-Bolívia, ambos entre US\$ 25 e 32 bilhões (IIRSA. CIFRAS DE LA CARTERA).

¹⁰ Observando-se o mapa dos APIs (ANEXO A), também se pode visualizar a concentração dos projetos estruturados nas duas áreas de abrangência referidas: no Cone Sul, especialmente nos limites da Bacia do Prata; e na região amazônica, principalmente no seu lado oeste, mais próximo do Oceano Pacífico. Também há um bom número em uma área que vai da Colômbia ao Suriname.

¹¹ Segundo Celso Furtado (1970), na América Latina, o capital concentrou-se a partir de duas características principais. A primeira, decorrente do processo histórico de ocupação e de inserção na divisão internacional do trabalho, através de grandes latifúndios agroexportadores e de mineradoras voltadas à exportação. A segunda, devido aos processos de industrialização por substituição de importações, intensificados no pós-Segunda Guerra, resultou em algumas poucas metrópoles que concentram a produção industrial.

do trabalho e justificar práticas de dominação/subordinação (QUIJANO, 2000). Grofoguel assim define o conceito de colonialidade do poder:

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. (GROFOGUEL, p. 55 e 56)

Dentro da estrutura de dominação erigida pela colonialidade, as classificações raciais sempre exerceram papel primordial. Ou seja, classificar seres humanos em diferentes hierarquias conforme a cor da sua pele foi uma prática muito difundida em toda a história da modernidade europeia, como forma de controlar aqueles que foram classificados em posições hierárquicas inferiores. Segundo Lisboa:

Definidor das atuais identidades geoculturais mundiais, pois apartou o Ocidente do resto do mundo, o racismo, articulado com o sistema de controle do trabalho, é o elemento fundante mais duradouro das profundas assimetrias societárias entre povos e classes. Tem, modernamente, como suporte, a invenção da raça, ideologia que explica as diferenças sociais como diferenças naturais, e não provindas das relações de poder. Associar raça e cor foi um constructo tardio que se estabeleceu e generalizou a partir da conquista da América. Os subalternos são transformados em raça, raça inferior, desumanizada, coisa a ser explorada, ignorada, eliminada”. (LISBOA, 2014, p. 506)

A formação do “sistema-mundo moderno/colonial”, a que se refere Grosfoguel, somente foi possível graças às relações estabelecidas entre a Europa e suas colônias. Mas esse sistema não se resume ao período colonial propriamente dito, o qual, no caso da América Latina, terminou ainda no século XIX. O fim do colonialismo não representou o fim da colonialidade, pois esta diz respeito a um modelo um modelo social, político e cultural eurocentrista que permanece vigente nos dias atuais.

Essa centralização do pensamento europeu é fruto de uma releitura da história feita pela própria Europa e a favor de si mesma. O filósofo argentino Henrique Dussel (2009) entende que o continente europeu permaneceu sitiado por muitos séculos, diante do maior desenvolvimento das sociedades muçulmanas, deslocando-se para o centro da história somente no século XIX. No entanto, na sua própria narrativa, a Europa coloca-se em posição central desde muito antes, ocultando que ela mesma já foi periférica.

Ao longo da história, esse padrão de continuidade dos efeitos da colonização foram efetivados através de diferentes paradigmas sócio-econômico, todos eles eurocêntricos, e cada outorgando-se para si o status de superior aos demais: o catolicismo na fase ibérica de colonização; o progresso e a civilização no auge do Império Britânico; o desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, já na fase de hegemonia estadunidense; e o livre-mercado, nos dias atuais, pretensamente refletindo o triunfo do “pensamento único”. Este, no entanto, sofre abalos exatamente a partir dos movimentos decoloniais vindos da periferia.

Os levantes “locais”, que fogem da órbita da ordem europeia e tentam estabelecer uma organização distinta, não são novas na América Latina. Lisboa (2014) traz como exemplos a revolução dos negros haitianos, única revolução de escravos da história, iniciada em 1791 e que culminou com a independência do Haiti; as rebeliões índias lideradas por Túpac Amaru (Peru, 1780) e Túpac Katari (Bolívia, 1781); e o levante negro

e mulato de Coro (Venezuela, 1795). Naquela época, “as elites crioulas perceberam-se cada vez mais ameaçadas pelas maiorias não crioulas” (LISBOA, 2014, p. 505). Todas essas iniciativas, inadmissíveis nos quadros cognitivos da Europa, foram violentamente sufocadas. Hoje em dia, é o fundamentalismo de mercado que pode estar em jogo perante os novos movimentos.

Nas últimas décadas, porém, tem havia uma nova onda de crescimento de movimentos antissistêmicos que questionam o totalitarismo da ordem liberal-democrática do Ocidente, moldada para que o sistema capitalista possa continuar em expansão. Segundo Wallerstein (2002, esses movimentos ganharam mais força a partir dos anos 1968, a partir dos movimentos estudantis ocorridos na França. Na América Latina, a sequência dessa onda de levantes sociais ocorre no aforamento dos saberes das populações indígenas, que lutam para que suas filosofias e cosmovisões tenham mais espaço na sociedade. Intelectualmente, há um movimento dito “decolonial”, que busca “descolonizar” as Ciências Sociais, construídas a partir de padrões eurocêtricos tomados como universais, e formar uma epistemologia totalmente nova, que parte de um novo tipo de relação entre sujeito e objetivo e recupere outro padrão de relação entre o homem e a natureza¹².

A maior atenção dos Estados Unidos voltada à sua “guerra ao terror” no Oriente Médio resultou, na primeira década do século XXI, em certo afrouxamento de sua atenção na América Latina. Esse fato, somado às mudanças políticas, incentivaram alguns movimentos político-culturais promovidos por “indígenas” e “afro-latino-americanos” “puseram definitivamente em questão a versão europeia da modernidade/racionalidade e propõem sua própria racionalidade como alternativa” (GROSFOGUEL, 2012, p. 26).

Esses movimentos negam qualquer classificação racial ou ética e negam também a própria legitimidade do Estado-Nação, bem como projetos “estatais capitalistas” ou “estatais socialistas”, pois eles também são fundados na lógica da colonialidade do poder. Eles propõem outra vez a ideia de igualdade e solidariedade social. Não se trata de uma simples volta ao passado, mas sim de um novo projeto histórico, aberto e heterogêneo, surgido como um “pensamento subalterno de fronteira”, que consiste em uma resposta emancipatória e superadora do projeto de modernidade eurocentrada, que inclui o lado oprimido e explorado da diferença colonial.

Há diversas contribuições que o pensamento subalterno de fronteira pode oferecer, apontadas por autores como Lander e Maldonado-Torres: valorização da participação comunitária e do saber popular; superação da forma dividida de se produzir conhecimento; a valorização da pluralidade de vozes; assumir a forma de um autoquestionamento e um diálogo radicais. Na sua relação com a IIRSA, esses saberes emergentes confrontam-se com a lógica desenvolvimentista/pró-livre-mercado da iniciativa, questionando as próprias bases cognitivas que movem as suas intervenções no espaço.

5. A decolonialidade e a IIRSA

A decolonialidade aponta alternativas a essa lógica de construção de infraestrutura. Desde os anos 1990, mas principalmente a partir do século XXI, alguns

¹² Mignolo afirmou que “o conceito de modernidade criado após o iluminismo obscurecia o papel da periferia ibérica da própria Europa” (MIGNOLO, 2002, p. 88). Em um artigo escrito com o próprio Wallerstein, Quijano aponta três contribuições fundamentais da colonização das Américas para a construção da modernidade: a colonialidade, a etnicidade, o racismo e o próprio conceito de “inovação” (*newness*), os quais possibilitaram que a Europa experimentasse novas formas de controle de trabalho, de organização social e de atividades produtivas, estas últimas somente possíveis devido à riqueza material extraída das coloniais ibéricas (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992).

movimentos político-culturais promovidos por “indígenas” e “afro-latino-americanos” “puseram definitivamente em questão a versão europeia da modernidade/racionalidade e propõem sua própria racionalidade como alternativa” (GROSFOGUEL, 2012, p. 26).

Na construção da IIRSA, estruturada a partir de uma política desenvolvimentista, simplesmente não cabe pensar a partir de modos de vida, visões e conhecimento de povos originários. As terras onde eles habitam podem ser importantes como fornecedoras de grãos, matéria-prima ou energia, mas a sua presença e a sua sóciocultura não têm relevância. No entanto, apesar de responder a dita lógica, o Tratado Constitutivo da UNASUL traz algumas previsões que condizem com a decolonialidade, prevendo algum grau de harmonia com os habitantes das áreas atingidas, especialmente quando se trata de povos originários¹³. Porém, o que se percebe é que, na prática, poucas ou nenhuma dessas previsões são levadas em consideração.

Os efeitos da IIRSA na região amazônica vêm sendo percebidos pelas comunidades indígenas, as quais têm se movimentado. No mês de dezembro de 2013, a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)¹⁴ realizou, na Colômbia, a II Cumbre Amazônica, denominada “Plano de Vida Plena contra o desenvolvimentismo extrativista e os megaprojetos da IIRSA”. A COICA centraliza um grande número de entidades indígenas na Amazônia, agregando aproximadamente três milhões de pessoas. Nas reuniões da Colômbia, foram discutidos os efeitos da IIRSA na região, bem como alternativas para o desenvolvimentismo que ela representa¹⁵.

O caso da estrada TIPNIS, na Bolívia, traz um retrato claro dessa alternativa. A estrada do parque TIPNIS, embora não tenha sido incluída na carteira IIRSA, faz parte, segundo MARTINEZ (2013), do Complexo do Rio Madeira, o que significa que se insere na estrutura do EID Peru-Brasil-Bolívia (um dos EIDs da IIRSA). A rodovia daria suporte a dois Grupos de Projetos desse EID: o Corredor Río Branco-Cobija-Riberalta-Yucumo-La Paz, integrado por nove projetos, e o Corredor Fluvial Madeira-Madre de Dios-Beni, com outros nove projetos¹⁶.

A estrada do TIPNIS fez com que organizações indígenas da região afetada marchassem até La Paz, no ano de 2011, o que chegou a gerar confrontos com a Polícia. A péssima repercussão do episódio fez o governo boliviano recuar e repensasse o projeto. Após algumas idas e vindas, incluindo a realização de um referendo popular, o projeto foi adiado. Segundo o governo boliviano, a rodovia até poderá ser construída, mas primeiro será ouvida cada comunidade sediada no parque e seus saberes e interesses

¹³ O documento evita críticas à globalização, mas mantém a ênfase na redução das desigualdades sociais, na integração produtiva e tecnológica e no respeito ao meio-ambiente. Dentre seus objetivos específicos, traz “o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, logrando assim uma interação equitativa”; “a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e medianas empresas, às cooperativas, às redes e outras formas de organização produtiva”; prevê também “a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades”. (TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL, 2008)

¹⁴ Se trata de una red organizativa de más de 5,000 comunidades, articuladas en más de 200 organizaciones locales y éstas en 09 confederaciones nacionales: COIAB de Brasil, AIDSESP de Perú, CIDOB de Bolivia, OPIAC de Colombia, GONAE de Ecuador, ORPIA de Venezuela, APA de Guyana, OIS de Surinam y FOAG de Guyana Francesa.

¹⁵ FLACSO, 2013

¹⁶ Fazem parte do corredor fluvial Madeira-Madre de Dios-Beni as hidroelétricas Cachuela Esperanza, sobre o Río Beni, assim como as brasileiras Jirau e Santo Antônio e uma hidroelétrica binacional, no Río Madeira, entre Brasil e Bolívia. Também estão previstas diversas eclusas e hidrovias nos rios Madeira, Guaporé, Beni e Madre de Dios, envolvendo os três países. Além disso, o financiamento da rodovia viria do BNDES e a execução seria feita pela empreiteira brasileira OAS (MARTINEZ, 2013).

deverão ser levados em conta. Fala-se também em mudança de traçado ou em um projeto de “rodovia econômica”. (PÁGINA SIETE)

Percebe-se, então, que TIPNIS consiste em um bem-sucedido caso de conquista de movimentos sociais, que conseguiram adiar a construção da obra e fazer com que seus interesses fossem ouvidos. O fato de isso ter acontecido na Bolívia não ocorreu por acaso: a Constituição de 2008 trouxe à tona um “estado plurinacional”, que busca conceder maior autonomia e poder de decisão para diferentes povos que compõem o país¹⁷. O caso boliviano deixa claro uma possível tendência para o futuro próximo: modelos de infraestrutura feitos de cima para baixo, respondendo somente à demanda do mercado e ancorados em paradigmas eurocêntricos de pensamento, deverão ser cada vez mais contestados diante da emergência de saberes decoloniais, ou seja, que superam o eurocentrismo e se conectam mais com as reais necessidades da América Latina.

Considerações finais

No projeto de modernidade construído pela Europa, não havia espaço para a consideração do conhecimento que advinha “dos outros”, ou seja, dos povos bárbaros, incivilizados e atrasados do mundo. A história era contada de modo linear, onde uma matriz de pensamento, nascida no Velho Continente, expandia-se como uma luz irresistível, iluminando lentamente cada lugar ou povo que habitasse terras não-europeias. Não havia contrapartida ou diálogo, e nem poderia haver: a luz era emitida de um único ponto central e espalhava-se de modo unilateral, onde não se admitia reflexos e, muito menos, que outros lugares emanassem luz própria. Por isso, não estava na pauta de acontecimentos possíveis uma revolução escravocrata: homens negros, africanos e escravos jamais poderiam tomar qualquer iniciativa que não fosse a de subordinar-se a um sistema que lhes era imposto.

A modernidade europeia, vendo-se como o berço da civilização mais avançada, rogava-se o direito de levar a sua palavra, civilidade ou desenvolvimento às Américas, à África e à Ásia. Apenas ela poderia conduzir, na linha reta da história, os demais povos ao nível de excelência civilizacional a que a Europa chegara. Nenhum outro conhecimento, cosmovisão ou forma de ver o mundo tinha validade. Árabes, asiáticos africanos e ameríndios tiveram suas vozes caladas e seus saberes apagados da história eurocêntrica, ou transformados em crenças exóticas ou práticas folclóricas, dignos, no máximo, de curiosidade antropológica. Para justificar a “inferioridade” intelectual ou civilizacional dos povos subordinados, legitimando o exercício da supremacia europeia, aos poucos se foi construindo um duplo critério para classificar os povos em distintas hierarquias: o racial e o geográfico, ambos intrinsecamente ligados.

Mesmo com o fim do período colonial na América Latina, ocorrido com a independência dos países no século XIX, a “colonialidade” não deixou de prevalecer nas sociedades dirigidas pelas elites crioulas. Embora formalmente independentes das ex-metrópoles, as novas nações eram construídas tendo como paradigmas os modelos sociais, políticos e econômicos da modernidade europeia. Esse padrão prevaleceu a partir da adoção de conceitos como “progresso” e “civilização”, no século XIX; “desenvolvimento”, a partir de meados do século XX; e adequação ao “livre-mercado”, a partir dos anos 1980. Nesse caminho, o critério racial/geográfico de exclusão das minorias

¹⁷ “As novas constituições da Bolívia e do Equador do ano de 2008 são uma grande novidade para o Direito, pois têm o potencial de significar uma ruptura com o modelo estatal moderno. Da uniformização e unificação – para não falar na intolerância religiosa e cultural –, elementos estes que forjam a base valorativa do Estado-nação advindo da tradição europeia, o Estado Plurinacional pretende fornecer novos paradigmas não somente em termos de organização social, mas também atender às demandas dos povos e nações historicamente marginalizados no processo “civilizatório” americano, africano e asiático” (AFONSO & MAGALHÃES, 2011, p. 263).

– principalmente dos africanos e dos povos originários – nunca foi superado, o que significa que as suas vozes continuaram apagadas. Em uma sociedade construída diante do espelho da modernidade eurocêntrica, a colonialidade apenas deixou de ser externa e passou a ser praticada internamente.

No caso da infraestrutura, é certo que a sua construção, proporcionando uma base de transportes, comunicações e energia para a América do Sul, poderá catalisar muitas transformações na integração entre os países erigidos sobre essa região. No entanto, é preciso que a sua construção supere os condicionantes da modernidade eurocêntrica, que mantém a nossa região submetida a uma lógica de colonialidade do poder. Ou seja, os países latino-americanos continuam pensando seu desenvolvimento nacional e regional, sua inserção internacional e adotando nosso referencial teórico a partir de uma construção cognitiva advinda da Europa. Nessas referências, o dever ser que inspira, o espelho no qual os países se miram, continuam predominantemente vindo da “civilização ocidental” (leia-se euro-americana).

É preciso, portanto, incorporar no planejamento da IIRSA, bem como da própria integração regional, os saberes, práticas e cosmovisões genuinamente latino-americanos, valorizando o conhecimento desperdiçado pelos europeus desde a chegada de Cristóvão Colombo. Isso passa, contudo, por uma ampla revisão das bases epistemológicas sobre as quais fazemos ciência, e é este que consiste no principal desafio da decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. Evolução histórica do regionalismo econômico e político na América do Sul: um balanço das experiências realizadas. **Cena internacional**, v. 10, n. 2, 2008, p. 72-97.

BIELSCHOWSKY, R. **Sesenta años de la CEPAL**: estructuralismo y neoestructuralismo. In: Revista CEPAL Nº 97, abr. 2009, p. 173-194.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre**. Espaço Aberto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ, v. 1, n. 2 (2013). Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2122>. Acesso em: 02 de abr. de 2015.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Evaluación de la Acción del BID en la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA)**. 2008. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1541928>.

CARRARA JUNIOR, Ernesto. **Entrevista**. In: *HONÓRIO, Karen dos Santos*. O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas**.

Québec, Canadá, 20 de abril de 2001, 53. In: OLIVEIRA, Darcy de. Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília: FUNAG, 2010.

CASTRO, A. C. B. 2011. **Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul**: bases para uma política de cooperação. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

CECEÑA, J. G.; AGUILAR, P. e MOTTO, C. **Territorialidad de la dominación**: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatório Latino Americano de Geopolítica. Buenos Aires. Asociación Nuestra América. 2007.

CEPAL. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe**: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. Santiago do Chile. 1994

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GONZÁLEZ, B. A Geopolítica do Livre-Comércio. In: PENNAFORTE, C. e LUIGGI, R. **Perspectivas Geopolíticas**: uma abordagem contemporânea. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

GUDYNAS, E. **As instituições financeiras e a integração na América do Sul**. Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES). Brasília: Inesc, 2008.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo (SP): Annablume, 2001.

HERNÁNDEZ, Bryan González. **A Geopolítica do Livre-Comércio**. In: LUIGI, Ricardo ; PENNAFORTE, Charles . **Perspectivas Geopolíticas - uma abordagem contemporânea**. 1ª. ed. V. 1. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo. Cia. Das Letras. 2001

IIRSA. **Antecedentes**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=108>

IIRSA. **Características de la API**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=93>.

IIRSA. **Cifras de la Cartera**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=72>

IIRSA. **Consejo Sudamericano de Infraestructura y Planeamiento**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=45>

IIRSA. **Ejes de Integración y Desarrollo (EIDs)**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=68>

IIRSA. **Herramientas y Metodología de Planificación**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=35>

IIRSA. **IIRSA 2000-2012**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=28>

IIRSA. **La Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API)** Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=33>

IIRSA. **La Cartera de Proyectos del COSIPLAN**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=32>

IIRSA. **Organización de la Iniciativa IIRSA en el COSIPLAN**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=43>

IIRSA. **Plan de Acción Estratégico 2012-2022**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=38>

IIRSA. **Procesos Sectoriales**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=36>

IIRSA. **Sistema de Información de Proyectos (SIP)**. Disponível em:
<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=105>

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. **De América a Abya Yala: Semiótica da descolonização**. *R. Educ. Públ.* [online]. 2014, vol.23, n.53, supl.02, p. 501-531.

MAGGI, Jeremías e GARCÍA BERNADO, Rolando. 2009. **IIRSA: lógica global y geopolítica del capital**. Disponível em: webiigg sociales.uba.ar/iigg/.../Maggi-Bernardo_Eje%2012.pdf, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

MCELHINNY, Vince. **A IIRSA em uma encruzilhada**: indicativos de mudança, implicações para a advocacy. In: VERDUM, Ricardo (org.) Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008, p. 49-78

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento laminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NASSER, Bianca. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 7, Nº 14, p. 145-178, dez. 2000.

PADULA, Raphael. **Integração Regional de infraestrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000**: Uma Análise Político-Estratégica. Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Polis. Revista Académica de la Universidad Bolivariana de Chile, v. 31, 2012. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/31/art16.htm>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. *Estud. av.*, Dez 2005, vol.19, no.55, p.9-31. 2005a.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. In: NOVOS RUMOS, ano 17, nº 37. São Paulo, 2002.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as Concept**: Or the Americas in the Modern World-System. *International Social Science Journal* 131, 1992, p.549-557.

QUISPE-REMÓN, Florabel. **Problemas y Perspectivas de Procesos de Integración en América Latina**. *International Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional*, núm. 16, enero-junio, 2010, p. 259-291

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações Internacionais de Integração Regional**: União Europeia, Mercosul e UNASUL. Florianópolis: Editora Ufsc, 2013.

SOUZA, Vitor Hélio Pereira de. **Integração Territorial na América do Sul**: uma Análise Multiescalar a Partir das Obras da IIRSA/COSIPLAN. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, dez. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**. Una introducción. Siglo XXI, Madrid, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social**: Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

ZIBECHI, Raúl. **IIRSA**: la integración a la medida de los mercados. 2013. ALAI, América Latina en Movimiento. Disponível em:
<http://alainet.org/active/11812&lang=es>

Integración física sudamericana.

http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/dec_cochabamba_fisica.htm

Integración Energética Sudamericana. Disponível em:

http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/dec_cochabamba_energia.htm

Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur.

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Plan%20de%20Acci%C3%B3n%20Montevideo%20final.pdf

Plano de Ação Estratégico 2012-2022. Disponível em:

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/II_COSIPLAN_2011_PAE_port_final.pdf

Programa de Acción. Disponível em:

http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/casa_2005_4.htm

Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Sudamericanas. Disponível em:

http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado_constitutivo.htm